

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária Coordenação-Geral de Mecanização, Novas Tecnologias e Recursos Genéticos

6ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIOINSUMOS (ORDINÁRIA)

Local: Plataforma do Google Meet.

Data: 30/08/2022.

Horário: 14h 30 minutos às 16 horas.

Aos 30 do mês de agosto de 2022, às 14 horas e 30 minutos, através da Plataforma Google Meet, realizou-se a sexta reunião do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos. O Presidente do Conselho Estratégico Alessandro Cruvinel Fidelis (SDI/MAPA) abriu a reunião extraordinária dando boas-vindas a todos, cumprimentou os novos membros e apresentou a pauta da reunião. Foram registradas as presenças dos seguintes membros do Conselho Estratégico: Jerri Edson Zilli (Embrapa/Portfólio Bioinsumos); Paulo Augusto Vianna Barroso (MCTI); Luiz Carlos Demattê Filho (CTAO); Marilia Porto (IBAMA); Alineaurea Florentino Silva (EMBRAPA); Izabela Mascarenhas Matosinhos de Sousa (Diqua/IBAMA); Maciel Aleonir da Silva (CNA); Rogério Pereira Dias (CTAO); Tatiane Almeida do Nascimento (SDA/MAPA), Virgínia Mendes Cipriano Lira (SDA/MAPA); Bruno César Prosdocimi Nunes (MCTI); Caio Augusto de Almeida (Anvisa); Danilo Lourenço de Souza (IBAMA); Maguida Silva (MCTI); Rubens José Nascimento (MCTI). Vanessa Xavier (Anvisa.) Registradas também as presenças de Paulo Ramon Mocelin, Valéria Burmeister Martins, Joaquim Dias Nogueira, Luis Gustavo Asp Pacheco, Milena de Almeida Magalhães todos da SDI/MAPA. Durante a sessão de expediente, o Presidente do Conselho Estratégico deu boas-vindas a todos, fez uma apresentação do status do Relatório do GT Marco Regulatório, informou que publicará nova Portaria contendo os nomes dos novos membros; apresentou as atualizações das ações estratégicas do Conselho Consultivo (Programas Estaduais, Centro de Excelência em Bioinsumos, BioFabLabs, Edital FINEP específico (36 milhões), TR IICA Bioinsumos e Projeto Biocarbono (Fundo Verde do Clima). O presidente do Conselho informou que o Relatório Final (Nota Técnica) do GT Marco Regulatório foi enviado pelo secretário-adjunto da SDI, via SEI, à Secretaria de Defesa Agropecuária no dia 15 de julho de 2022, e o processo se encontra encerrado no DSV/MAPA. Também conclamou a todos para dar maior repercussão a este relatório pois ele poderia ser levado pelos membros ao Congresso Nacional onde existem dois PLs tratando do tema bioinsumos. Alessandro, a pedido do membro Jerri, solicitou a Paulo Mocelin para colocar no chat da reunião informações atualizadas sobre os PLs em tramitação no Congresso. Sobre o Edital FINEP, informou que foram indicados dois representantes da SDI/MAPA para serem avaliadores das propostas e que foram recebidas 90 propostas pela FINEP, representando uma grande procura. O presidente do Conselho fez as últimas atualizações sobre os Programas Estaduais de Bioinsumos (GO, lei em vigor; há PLs em MG, ES, MS, MT e RJ) e ainda as articulações institucionais no Paraná e no Rio Grande do Sul. Detalhou as iniciativas do Programa Estadual de Bioinsumos de Goias, como o Centro de Excelência em Bioinsumos (CEBIO), entre outras. Falou sobre os dois BioFabLabs, com repasse de recursos, via TED, IFNM-MG (pequeno atraso) e CNPAF-GO (lançamento em breve). Fez relatos sobre as tratativas com a UFSM e sobre o levantamento de coleções de microrganismos feito em instituições públicas de todo o Brasil. Foi comunicado o número de 567 produtos biológicos registrados (até jul./22), mostrou gráficos atualizados sobre o mercado de bioinsumos no Brasil e projeções de crescimento do market share. E ainda, Alessandro comunicou que existe a possibilidade de levar o tema bioinsumos no sequestro de carbono para a COP-27. Informou sobre a criação da Comissão de Bioinsumos para uso Agropecuário no Subgrupo de Trabalho nº 8 -Agricultura- no âmbito do MERCOSUL, e que o MAPA será representado pela SDI e SDA na reunião que ocorrerá em setembro. **Tatiane** (SDA) informou que existe o grupo do COSAVE, com a participação de Débora, da Embrapa, onde se discute o registro de produtos biológicos. Também foi informado sobre o projeto BioCarbono, que ainda deverá ser submetido ao Fundo Verde do Clima (GCF), que detém aportes significativos para apoiar projetos de mitigação de GEE. O presidente do Conselho pediu a colaboração de todos os membros para a construção do primeiro draft da proposta brasileira (Agricultura de Base Biológica e Sustentável como fator de mitigação de GEE e resiliência dos sistemas produtivos). Luiz Demattê (CTAO) solicitou ao membro suplente Rogério P. Dias (CTAO) falar sobre estratégias de encaminhamento dos dois PLs em tramitação no CN. Em seguida, passou a palavra para Joaquim D. Nogueira (MAPA) que fez uma apresentação sobre a iniciativa de criar uma Rede de Inovação em Bioinsumos. Alessandro explicou brevemente como funciona a rede de microorganismos da União Europeia, e que ela pode ser um exemplo para o caminho sobre o que a rede pode tomar. Cita que a Rede de Inovação de Bioinsumos se enquadra no contexto da política nacional de recursos genéticos, onde já está prevista a rede de microrganismos, rede animal e vegetal. Sugere que, assim como na União Europeia, a rede se torne uma instituição sem fins lucrativos, pois assim fica mais fácil de se perenizar, e para isso podemos utilizar o conhecimento do MCTI e o status quo de como está sendo conduzido o trabalho da rede de bioinsumos (dinâmica, objetivando fazer conexões das universidades com o setor privado). Informou também que a portaria que cria a Rede de Inovação em Bioinsumos está na CONJUR e quando voltar será feito o lançamento da rede pelo MAPA. Conclamou os membros para ajudar na divulgação, na realização de eventos, chamar novos membros etc. O representante Jerri (Embrapa) externou preocupação acerca do modo que foram coletadas as informações das coleções nas universidades e explicou, de maneira breve, que devem ser definidos critérios para a consideração das coleções, devendo primar pela qualidade delas. Alessandro informa que o objetivo da Rede de Inovação em Bioinsumos é mais de fazer conexões do que o regulatório, porém concordando que temos que ter cuidado. Rogério Dias, após reunião da CTAO, atualizou os membros do Conselho sobre a tramitação dos dois PLs no Congresso Nacional e expôs aos membros do Conselho uma preocupação quanto à tramitação dos dois projetos de lei na Câmara e do Senado, e que o entendimento da CTAO e de que nenhum deles é adequado para o que se espera para os bioinsumos. Lembra da proposta construída pelos membros do GT instituído por este Conselho Estratégico para propor o Marco Regulatório, que é mais genérica e permite que os detalhamentos sejam deixados para a regulamentação. O representante da CTAO, corroborado pelo membro Paulo Barroso (MCTI), sugere apresentar um texto substitutivo ao texto do PL que está no Senado. Rogério Dias sinalizou que a CTAO pretende fazer uma reunião presencial de aproximação com SDA e SDI. Maciel, representante da CNA, reforçou a necessidade de ter uma estratégia para acompanhar a tramitação nas duas Casas. Alessandro recomendou que os representantes da CNA e das outras entidades participassem da reunião organizada pela CTAO com SDA e SDI. Virginia Lira abordou sobre a cobrança de taxas do IBAMA utilizadas para o registro de fitossanitários que acabam prejudicando a renovação do registro de produtos biológicos da agricultura orgânica. Exibiu planilha do Ministério da Economia onde mostra valores elevados para manter os registros de agrotóxicos e afins pelas pequenas empresas de bioinsumos e também exibiu reportagem da imprensa do site do relatório do TCU sobre a pouca competitividade da sistemática de registro de agrotóxicos no Brasil. Informa que a CTAO discutiu a necessidade de ser encaminhado documento endereçado ao Ministério da Economia, Ibama, Anvisa e Mapa para demonstrar que a isenção das taxas trará muito mais benefícios que o recolhimento delas e o impedimento do funcionamento das pequenas empresas de bioinsumos.

Marilia Porto (IBAMA) disse que a isenção das taxas não é um assunto fácil de ser resolvido porque a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente teria que ser parcialmente alterada (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981). Rogério Dias comentou que poderiam existir taxas diferenciadas para os produtos biológicos em função dos impactos ambientais, sugeriu alteração na Lei nº 6.938/1981. Marilia Porto concordou com Rogério Dias e informou que o IBAMA já enquadrou os produtos biológicos nos valores de menores taxas. Danilo L. de Souza, representante do IBAMA, complementou a fala de Marília afirmando que não há diferenciação entre produtos químicos e biológicos para as taxas de manutenção anual do registro (item 2.7). Rogério Dias sugere que na Lei de Bioinsumos se retire essa cobrança. Danilo L. de Souza comenta que o TCU atacou justamente sobre a cobrança da manutenção anual dos registros, que é onde fica mais pesado para as empresas. Paulo Barroso comenta que deve haver uma estratificação de isenção de acordo com quem precisa ser isentado. Alessandro encerra a reunião com as seguintes deliberações:

- 1) Envios desta Ata e da apresentação do presidente do Conselho Estratégico de Bioinsumos;
- 2) Envio novamente do Relatório Final (Nota Técnica) do GT Marco Regulatório para membros do Conselho;
- 3) Envio da apresentação da Rede de Inovação em Bioinsumos, com disclaims;
- 4) Aguarda-se a reunião a ser marcada pela CTAO

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Estratégico de Bioinsumos deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, **Paulo Ramon Mocelin**, lavrei a presente Ata que será compartilhada eletronicamente e, após apreciação e aprovação pelos membros, será inserida no Processo SEI: 04028.000006/2020-81.